



ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS – DMU

PROCESSO	PCP 08/00129733
UNIDADE	Município de São Domingos
RESPONSÁVEL	Sr. Danuncio Adriano Bittencourt e Silva - Prefeito Municipal (Gestão 2005/2008)
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2007.
RELATÓRIO N°	2474/2008

INTRODUÇÃO

O **Município de São Domingos** está sujeito ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial deste Tribunal de Contas, nos termos da Constituição Federal, art. 31; da Constituição Estadual, art. 113; da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15/12/2000, arts. 50 a 54; da Resolução nº TC 06/2001, 13/12/2001 (RITC), arts. 82 a 94; e da Resolução nº TC 16/94, de 21/12/1994, arts. 20 a 26.

Em atendimento às disposições dos arts. 20 a 26 da citada Resolução Nº TC 16/94 e art. 22 da Instrução Normativa TC N ° 02/2001, bem como, a Instrução Normativa nº 04/2004, art. 3º, I, a Prefeitura encaminhou, por meio documental, o Balanço Anual do exercício financeiro de 2007 - autuado como Balanço Consolidado do Município (Processo Nº **PCP 08/00129733**) e o Balanço da Prefeitura Municipal, referente a Prestação de Contas do Prefeito, protocolado sob o N.º 4086, de 27/2/2008, bem como bimestralmente, por meio eletrônico, as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária.

A análise das contas em questão procedeu-se através de exame de consistência dos documentos e informações acima mencionados, bem como, verificação dos aspectos constitucionais e legais que norteiam a Administração Pública Municipal, com abrangência e particularidades próprias da metodologia aplicada.

Considerando o resultado da análise do processo em causa, tem-se a evidenciar o que segue:

II - ANÁLISE

A.1 - PLANEJAMENTO

A.1.1 - Tramitação das Leis Orçamentárias

A.1.1.1 - Plano Plurianual - PPA

O Projeto do Plano Plurianual do Município, para os exercícios financeiros de 2006/2009, foi encaminhado para apreciação do Poder Legislativo em 29/7/2005. O Poder Legislativo, por sua vez, devolveu o Projeto para sanção do Poder Executivo em 19/10/2005, resultando na Lei nº 1.420, de 20/10/2005, restando **CUMPRIDO** o disposto no art. 35, § 2º, inciso I, do ADCT.

A.1.1.2 - Diretrizes Orçamentárias - LDO

O Projeto das Diretrizes Orçamentárias do Município, para o exercício em exame, foi encaminhado para apreciação do Poder Legislativo em 28/9/2006. O Poder Legislativo, por sua vez, devolveu o Projeto para sanção do Poder Executivo em 20/12/2006, resultando na Lei nº 1479, de 20/12/2006, restando **NÃO CUMPRIDO** o disposto no art. 35, § 2º, inciso II, do ADCT.

A.1.1.3 - Orçamento Anual (Fiscal e Seguridade Social) - LOA

O Projeto do Orçamento Anual (Fiscal e Seguridade Social) do Município, para o exercício em exame, foi encaminhado ao Poder Legislativo para apreciação em 17/10/2006. O Poder Legislativo, por sua vez, devolveu o mesmo ao Poder Executivo para sanção em 22/12/2006, resultando na Lei nº 1480, de 22/12/2006, restando **NÃO CUMPRIDO** o disposto no **art. 35, § 2º, inciso III, do ADCT.**

A Lei Orçamentária Anual, para o orçamento fiscal, estimou a receita em R\$ 11.809.890,00 e fixou a despesa em R\$ 11.809.890,00.

A.1.2 - Realização de Audiências Públicas

A.1.2.1 - Plano Plurianual - PPA

O parágrafo único do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101/00 prescreve que a Administração Municipal deverá realizar audiências públicas para elaboração e discussão do Projeto do Plano Plurianual.

Assim, tendo como local de divulgação Mural Público, as audiências foram realizadas nos dias 27/6/2005, 28/7/2005, 29/6/2005 e 30/6/2005, nas dependências da VILA MILANI, DISTRITO MARATA, SANTO ANTONIO, CENTRO MULTIPLO USO ADELIA GRISS, **EM CUMPRIMENTO** ao disposto no ordenamento acima.

A.1.2.2 - Diretrizes Orçamentárias - LDO

O parágrafo único do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101/00 prescreve que a Administração Municipal deverá realizar audiências públicas para elaboração e discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Assim, tendo como local de divulgação o Mural Público, a audiência foi realizada no dia 26/9/2006, nas dependências do Centro de Múltiplo Uso, **EM CUMPRIMENTO** ao disposto no ordenamento acima.

A.1.2.3 - Orçamento Anual - (Fiscal e Seguridade Social) - LOA

O parágrafo único do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101/00 prescreve que a Administração Municipal deverá realizar audiências públicas para elaboração e discussão do Projeto da Lei Orçamentária Anual.

Assim, tendo como local de divulgação Mural Público, a audiência foi realizada no dia 26/9/2006, nas dependências da CENTRO DE MULTIPLO USO, **EM CUMPRIMENTO** ao disposto no ordenamento acima.

A.1.3 - Orçamento Fiscal

O Orçamento Fiscal do Município, aprovado pela Lei nº 1480, de 22/12/2006, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 11.809.890,00** para o exercício em exame.

A dotação “Reserva de Contingência” foi orçada em **R\$ 10.000,00**, que corresponde a **0,08 %** do orçamento.

A.1.3.1 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Os créditos autorizados podem ser assim demonstrados:

Créditos Orçamentários	Valor (R\$)
Créditos Orçamentários	11.809.890,00
Ordinários	11.799.890,00
Reserva de Contingência	10.000,00
(+) Créditos Adicionais	1.315.421,20
Suplementares	1.172.421,20
Especiais	143.000,00
(-) Anulações de Créditos	950.370,00
Orçamentários/Suplementares	950.370,00
(=) Créditos Autorizados	12.174.941,20

Como recursos para abertura de Créditos Adicionais, foram utilizados os seguintes:

Recursos para abertura de créditos adicionais	Valor (R\$)	%
Recursos de Excesso de Arrecadação	304.651,20	23,11
Recursos de Anulação de Créditos Ordinários	963.370,00	73,09
Superávit Financeiro	50.000,00	3,79
T O T A L	1.318.021,20	100,00

* A divergência entre o valor apurado dos créditos adicionais abertos e os recursos para abertura de créditos está evidenciada no item A.8.1.

Os créditos adicionais abertos no exercício examinado atingiram o montante de **R\$ 1.315.421,20**, equivalendo a **11,14%** do total orçado. Daqueles créditos, os suplementares representam **89,13%** e os especiais **10,87%**.

As anulações de dotações efetuadas foram da ordem de **R\$ 950.370,00**, equivalendo a **8,05%** das dotações iniciais do orçamento..

A.2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A.2.1 - Apuração do Resultado Orçamentário

A execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

	Previsão/Autorização	Execução	Diferenças
RECEITA	11.809.890,00	9.765.437,89	(2.044.452,11)
DESPESA	12.174.941,20	9.745.624,52	(2.429.316,68)
Superávit de Execução Orçamentária		19.813,37	0,00

Fonte: Balanço Orçamentário

Considerando o Orçamento Centralizado (Prefeitura Municipal) e o conjunto do orçamento das demais Unidades tem-se a seguinte execução orçamentária:

	EXECUÇÃO
RECEITAS	
Da Prefeitura	6.399.871,64
Das Demais Unidades	3.365.566,25
TOTAL DAS RECEITAS	9.765.437,89
DESPEASAS	
Da Prefeitura	6.386.387,95
Das Demais Unidades	3.359.236,57
TOTAL DAS DESPESAS	9.745.624,52

SUPERÁVIT	19.813,37
------------------	------------------

Obs.: Na apuração da Receita tanto da Prefeitura como das Demais Unidades foram consideradas as Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas, conforme dados do Balanço Financeiro - Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 da Unidade Prefeitura Municipal.

Resultado Consolidado

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada resultou no **Superávit** de execução orçamentária da ordem de **R\$ 19.813,37**, correspondendo a **0,20%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado **Superávit** de **R\$ 19.813,37** é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, **Superávit** de **R\$ 13.483,69** e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais **Superávit** de **R\$ 6.329,68**.

Impacto do Resultado da Execução Orçamentária da Prefeitura no Orçamento Consolidado

O Orçamento Centralizado (Prefeitura Municipal) teve como resultado o **Superávit** de execução orçamentária de **R\$ 13.483,69**, face ao confronto da Receita Arrecadada de **R\$ 6.399.871,64** (ajustada pela dedução das transferências financeiras líquidas realizadas de **R\$ 2.460.888,41**), e a Despesa Realizada **R\$ 6.386.387,95**.

O **Superávit** de execução orçamentária em questão corresponde a **0,14 %** da Receita Arrecadada do Município.

Dessa forma, conclui-se que o Resultado da Execução Orçamentária da Prefeitura **R\$ 13.483,69**, interferiu Positivamente no Resultado da Execução Orçamentária do Município.

A Prefeitura e as demais unidades gestoras municipais produzem um resultado superavitário

UNIDADES	RESULTADO	VALORES R\$
PREFEITURA	SUPERÁVIT	13.483,69
DEMAIS UNIDADES	SUPERÁVIT	6.329,68
TOTAL	SUPERÁVIT	19.813,37

O resultado do orçamento consolidado, **Superávit** de **R\$ 19.813,37** deu-se em razão do resultado **positivo** do orçamento centralizado (Prefeitura Municipal), **Superávit** de **R\$ 13.483,69**, sendo **aumentado** face ao desempenho **positivo** em conjunto das demais unidades gestoras municipais, **Superávit** de **R\$ 6.329,68**.

A.2.2 - Receita

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 9.765.437,89**, equivalendo a

% da receita orçada. **82,69**

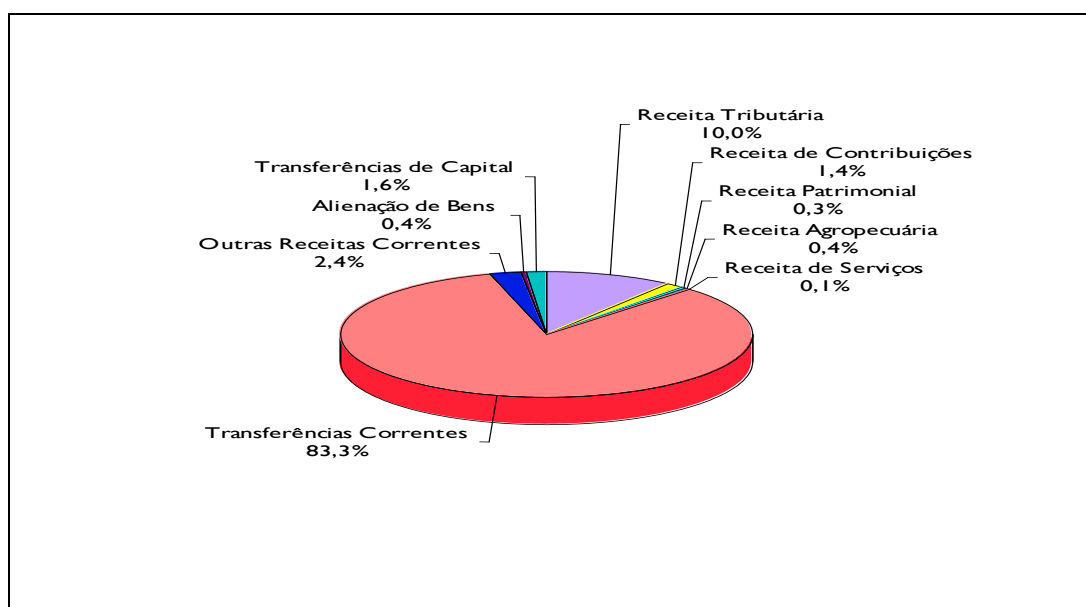
A.2.2.1 - Receita por Subcategoria Econômica

As receitas por subcategoria econômica e a participação absoluta e relativa de cada uma delas no montante da receita arrecadada, são assim demonstradas:

RECEITA POR SUBCATEGORIA ECONÔMICA	2005		2006		2007	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%

Receita Tributária	837.466,24	10,14	1.056.367,09	11,64	980.243,72	10,04
Receita de Contribuições	2.242,72	0,03	138.642,60	1,53	137.087,99	1,40
Receita Patrimonial	59.991,44	0,73	36.658,88	0,40	31.160,55	0,32
Receita Agropecuária	24.698,70	0,30	36.539,58	0,40	36.057,26	0,37
Receita de Serviços	49.790,15	0,60	29.054,61	0,32	10.585,53	0,11
Transferências Correntes	6.919.110,71	83,81	7.421.031,49	81,75	8.138.500,29	83,34
Outras Receitas Correntes	254.305,35	3,08	160.461,88	1,77	237.588,55	2,43
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	40.900,00	0,42
Transferências de Capital	108.000,00	1,31	199.285,00	2,20	153.314,00	1,57
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	8.255.605,31	100,00	9.078.041,13	100,00	9.765.437,89	100,00

Participação Relativa da Receita por SubCategoria Econômica na Receita Arrecadada - 2007



A.2.2.2 - Receita Tributária

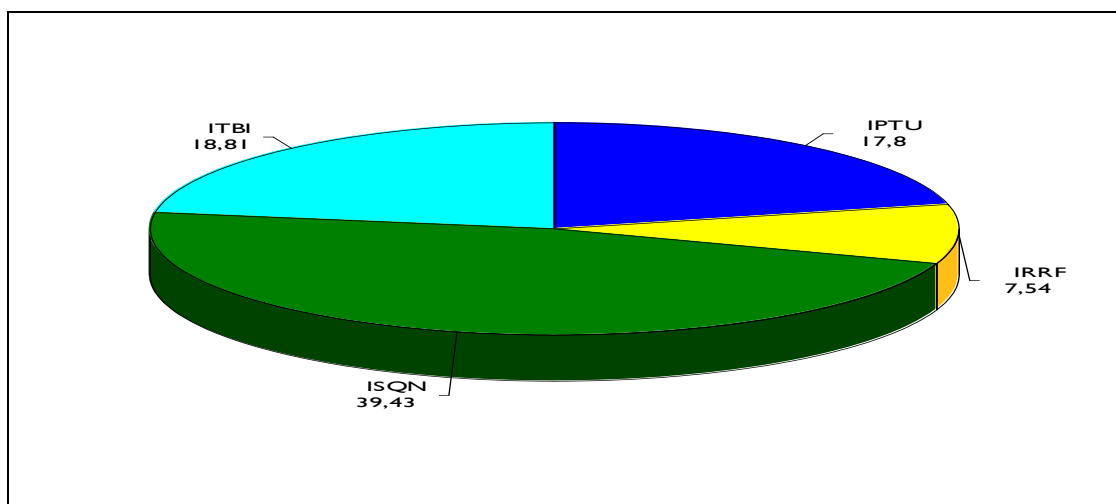
A receita tributária compreende os ingressos financeiros oriundos dos tributos de competência do próprio município.

Quadro Demonstrativo da Receita Tributária

RECEITA TRIBUTÁRIA	2005		2006		2007	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Receita de Impostos	666.845,42	79,63	935.911,32	88,60	819.272,73	83,58
IPTU	178.982,41	21,37	166.545,68	15,77	174.514,64	17,80

IRRF	69.307,32	8,28	69.435,26	6,57	73.906,38	7,54
ISQN	307.489,93	36,72	628.593,67	59,51	386.493,45	39,43
ITBI	111.065,76	13,26	71.336,71	6,75	184.358,26	18,81
Taxas	98.548,47	11,77	93.426,46	8,84	160.088,17	16,33
Contribuições de Melhoria	72.072,35	8,61	27.029,31	2,56	882,82	0,09
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA	837.466,24	100,00	1.056.367,09	100,00	980.243,72	100,00

Participação Relativa dos Impostos na Receita Tributária - 2007



A.2.2.3 - Receita de Contribuições

As receitas de contribuições compreendem o somatório das receitas de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas.

Quadro Demonstrativo da Receita de Contribuições

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2007	
	Valor (R\$)	%
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	137.087,99	1,40
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	137.087,99	1,40
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00

Total da Receita de Contribuições	137.087,99	1,40
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	9.765.437,89	100,00

A.2.2.4 - Receita de Transferências

A receita de transferências é constituída pelos recursos financeiros recebidos de outras Pessoas de Direito Público, basicamente dos governos Federal e Estadual, e de Pessoas de Direito Privado.

Quadro Demonstrativo da Receita de Transferências

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	2005		2006		2007	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.919.110,71	83,81	7.421.031,49	81,75	8.138.500,29	83,34
Transferências Correntes da União	3.891.052,18	47,13	3.895.779,58	42,91	4.319.003,22	44,23
Cota-Parte do FPM	3.031.425,56	36,72	3.083.127,13	33,96	3.421.879,10	35,04
(-) Dedução de Receita para formação do FUNDEB - FPM	(454.713,45)	(5,51)	(462.468,72)	(5,09)	(564.175,32)	(5,78)
Cota do ITR	13.519,32	0,16	12.288,53	0,14	11.452,06	0,12
(-) Dedução do Imposto Territorial Rural para formação do FUNDEB - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	(755,90)	(0,01)
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. N.º 87/96	57.080,76	0,69	34.048,82	0,38	32.525,66	0,33
(-) Dedução de Receita para Formação do Fundeb - ICMS Desoneração - L.C. N.º 87/96	(8.562,00)	(0,10)	(5.107,32)	(0,06)	(5.418,74)	(0,06)
Transferências de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	57.892,35	0,70	245.060,46	2,70	490.293,73	5,02
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo (União)	459.934,47	5,57	674.231,12	7,43	616.154,96	6,31
Transferência de Recursos do FNAS	174.331,80	2,11	11.888,49	0,13	111.663,53	1,14
Transferências de Recursos do FNDE	157.906,71	1,91	112.556,03	1,24	148.749,88	1,52
Demais Transferências da União	402.236,66	4,87	190.155,04	2,09	0,00	0,00
Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00	56.634,26	0,58
Transferências Correntes do Estado	2.756.489,16	33,39	3.031.706,49	33,40	3.178.885,10	32,55
Cota-Parte do ICMS	2.808.277,16	34,02	3.065.587,68	33,77	3.232.831,38	33,10
(-) Dedução de Receita para formação do Fundeb - ICMS	(421.241,28)	(5,10)	(459.837,90)	(5,07)	(543.536,51)	(5,57)
Cota-Parte do IPVA	242.391,18	2,94	289.327,58	3,19	359.092,01	3,68
(-) Dedução do IPVA para formação do FUNDEB - IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	(19.993,03)	(0,20)
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	84.210,09	1,02	114.655,78	1,26	109.432,84	1,12
(-) Dedução de Receita para formação do Fundeb - IPI s/ Exportação	0,00	0,00	(17.198,37)	(0,19)	(17.962,69)	(0,18)
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	29.674,32	0,30
Outras Transferências do Estado	42.852,01	0,52	30.887,63	0,34	4.419,07	0,05

Transferências de Recursos do Estado para Programa de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	0,00	0,00	8.284,09	0,09	24.927,71	0,26
Transferências Multigovernamentais	271.569,37	3,29	274.426,54	3,02	452.870,22	4,64
Transferências de Recursos do Fundeb	271.569,37	3,29	274.426,54	3,02	452.870,22	4,64
Transferências de Convênios	0,00	0,00	219.118,88	2,41	187.741,75	1,92
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	108.000,00	1,31	199.285,00	2,20	153.314,00	1,57
TOTAL DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS	7.027.110,71	85,12	7.620.316,49	83,94	8.291.814,29	84,91
TOTAL DA RECEITA ARRECADADA	8.255.605,31	100,00	9.078.041,13	100,00	9.765.437,89	100,00

A.2.2.5 - Receita de Dívida Ativa

A dívida ativa origina-se dos créditos da fazenda pública lançados e não arrecadados até a data de seus vencimentos. A arrecadação a título de dívida ativa, no exercício em exame, foi da ordem de **R\$ 123.757,19**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro Demonstrativo da Receita de Dívida Ativa

RECEITA DÍVIDA ATIVA	2005		2006		2007	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Receita da Dívida Ativa Tributária	170.786,49	100,00	30.784,69	100,00	123.757,19	100,00
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	170.786,49	100,00	30.784,69	100,00	123.757,19	100,00

A.2.2.6 - Receita de Operações de Crédito

Durante o exercício não houve operações dessa natureza.

A.2.3 - Despesas

A despesa orçamentária é aquela realizada pela administração pública para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, para a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, devidamente autorizada por lei.

A despesa realizada no exercício em exame do Município atingiu o montante de **R\$ 9.745.624,52** equivalendo a **80,05** da despesa autorizada.

A.2.3.1 - Despesas Empenhadas por Função de Governo

As despesas por função de governo e as participações absoluta e relativa, de cada uma delas no montante da despesa empenhada, são assim demonstradas:

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2005		2006		2007	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
01-Legislativa	354.667,66	4,27	455.851,52	5,06	439.962,13	4,51
04-Administração	1.343.596,36	16,17	1.287.961,38	14,28	1.465.578,26	15,04
06-Segurança Pública	3.863,98	0,05	28.445,71	0,32	75.095,14	0,77
08-Assistência Social	553.289,71	6,66	485.812,99	5,39	445.314,76	4,57
10-Saúde	1.716.480,41	20,65	1.944.065,48	21,56	2.213.101,59	22,71
12-Educação	1.672.027,99	20,12	1.885.951,83	20,91	1.981.665,24	20,33
13-Cultura	27.158,65	0,33	44.260,11	0,49	20.906,37	0,21
15-Urbanismo	127.062,97	1,53	482.182,55	5,35	335.449,78	3,44
16-Habitação	0,00	0,00	1.085,00	0,01	79.265,39	0,81
17-Saneamento	30.100,00	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00
18-Gestão Ambiental	0,00	0,00	4.703,65	0,05	1.679,72	0,02
20-Agricultura	353.233,27	4,25	325.231,23	3,61	492.926,70	5,06
22-Indústria	236.885,16	2,85	124.368,68	1,38	114.174,55	1,17
23-Comércio e Serviços	13.721,60	0,17	32.565,91	0,36	19.677,19	0,20
25-Energia	45.214,80	0,54	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Transporte	1.065.572,81	12,82	1.099.461,41	12,19	1.386.823,56	14,23
27-Desporto e Lazer	214.931,97	2,59	129.833,47	1,44	150.559,51	1,54
28-Encargos Especiais	552.730,75	6,65	685.906,17	7,61	523.444,63	5,37
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	8.310.538,09	100,00	9.017.687,09	100,00	9.745.624,52	100,00

A.2.3.2 - Demonstrativo das Despesas Empenhadas por Elemento segundo os Grupos de Natureza de Despesa

As despesas empenhadas por elementos são assim demonstradas:

DESPESA POR ELEMENTOS	2005		2006		2007	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
DESPESAS CORRENTES	7.584.011,63	91,26	8.163.302,63	90,53	9.129.739,14	93,68
Pessoal e Encargos	3.773.812,02	45,41	4.262.428,54	47,27	4.659.029,50	47,81
Aposentadorias e Reformas	46.295,65	0,56	40.766,67	0,45	51.244,00	0,53
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.681.857,82	32,27	3.106.844,93	34,45	3.422.403,11	35,12
Obrigações Patronais	577.766,57	6,95	588.180,14	6,52	745.070,49	7,65
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	0,00	45.587,13	0,51	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	467.891,98	5,63	481.049,67	5,33	440.311,90	4,52

Juros e Encargos da Dívida	167.964,29	2,02	46.370,83	0,51	6.790,59	0,07
Juros sobre a Dívida por Contrato	140.418,30	1,69	46.248,12	0,51	6.790,59	0,07
Sentenças Judiciais	27.545,99	0,33	122,71	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.642.235,32	43,83	3.854.503,26	42,74	4.463.919,05	45,80
Diárias - Civil	49.518,97	0,60	35.691,82	0,40	42.008,92	0,43
Auxílio Financeiro a Estudantes	47.044,97	0,57	19.864,84	0,22	0,00	0,00
Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	0,00	0,00	2.702,28	0,03	0,00	0,00
Material de Consumo	1.365.355,36	16,43	1.180.044,51	13,09	1.448.662,59	14,86
Premiações Culturais, Artísticas, Científica, Desportiva e outras	2.981,00	0,04	0,00	0,00	2.419,00	0,02
Material de Distribuição Gratuita	124.373,21	1,50	139.960,82	1,55	234.462,92	2,41
Passagens e Despesas com Locomoção	21.392,97	0,26	28.686,57	0,32	19.190,39	0,20
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	180.081,09	2,17	95.775,48	1,06	93.215,78	0,96
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.628.882,31	19,60	2.050.102,59	22,73	2.256.346,13	23,15
Contribuições	60.960,30	0,73	30.904,50	0,34	29.750,00	0,31
Subvenções Sociais	2.500,00	0,03	25.468,57	0,28	23.284,77	0,24
Obrigações Tributárias e Contributivas	39.181,90	0,47	64.557,68	0,72	71.233,13	0,73
Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	90.285,83	1,09	124.939,54	1,39	93.232,86	0,96
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	52.204,06	0,58	128.571,06	1,32
Despesas de Exercícios Anteriores	29.677,41	0,36	0,00	0,00	9.690,00	0,10
Outras Despesas Correntes não classificadas de acordo com a codificação da Portaria 163	0,00	0,00	3.600,00	0,04	11.851,50	0,12
DESPESAS DE CAPITAL	726.526,46	8,74	854.384,46	9,47	615.885,38	6,32
Investimentos	427.237,55	5,14	379.880,03	4,21	353.820,96	3,63
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	980,00	0,01
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	80,00	0,00	0,00	0,00
Auxílios	20.000,00	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras e Instalações	212.426,99	2,56	236.564,06	2,62	184.985,96	1,90
Equipamentos e Material Permanente	137.210,56	1,65	143.235,97	1,59	167.855,00	1,72
Aquisição de Imóveis	57.600,00	0,69	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	299.288,91	3,60	474.504,43	5,26	262.064,42	2,69
Principal da Dívida Contratual Resgatado	299.288,91	3,60	474.504,43	5,26	262.064,42	2,69
Total da Despesa Empenhada	8.310.538,09	100,00	9.017.687,09	100,00	9.745.624,52	100,00

A.3 - ANÁLISE FINANCEIRA

A.3.1 - Movimentação Financeira

O fluxo financeiro do Município no exercício foi o seguinte:

Fluxo Financeiro	Valor (R\$)
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	285.332,74
Bancos Conta Movimento	129.328,36

Aplicações Financeiras	50.000,00
Vinculado em Conta Corrente Bancária	106.004,38
(+) ENTRADAS	13.570.791,43
Receita Orçamentária	9.765.437,89
Extraorçamentárias	3.805.196,04
Realizável	32.766,28
Restos a Pagar	187.685,60
Depósitos de Diversas Origens	769.425,89
Transferências Financeiras Recebidas - entrada	2.815.318,27
Acréscimos Patrimoniais - Cancelamento de Restos a Pagar	157,50
(-) SAÍDAS	13.535.186,10
Despesa Orçamentária	9.745.624,52
Extraorçamentárias	3.789.561,58
Realizável	34.227,92
Restos a Pagar	157.442,49
Depósitos de Diversas Origens	782.572,90
Transferências Financeiras Concedidas - Saída	2.815.318,27
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	320.938,07
Banco Conta Movimento	174.197,32
Vinculado em Conta Corrente Bancária	146.740,75

Fonte: Balanço Financeiro

OBS.: Por sua vez, as disponibilidades financeiras da Unidade Prefeitura Municipal apresentaram-se da seguinte forma:

Disponibilidades	Valor (R\$)
Bancos c/ Movimento	99.844
Vinculado em C/C Bancária	84.964
TOTAL	184.809

A.4 - Análise Patrimonial

A.4.1 - Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município no início e no fim do exercício está assim demonstrada:

Situação Patrimonial	Início de 2007		Final de 2007	
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
Ativo Financeiro	296.812,64	3,09	333.879,61	3,44
Disponível	179.328,36	1,87	174.197,32	1,80
Vinculado	106.004,38	1,10	146.740,75	1,51

Realizável	11.479,90	0,12	12.941,54	0,13
Ativo Permanente	9.306.840,65	96,91	9.366.946,25	96,56
Bens Móveis	2.182.460,27	22,73	2.302.832,22	23,74
Bens Imóveis	6.789.319,49	70,70	6.807.252,18	70,17
Créditos	325.466,89	3,39	247.267,85	2,55
Valores	9.594,00	0,10	9.594,00	0,10
Ativo Real	9.603.653,29	100,00	9.700.825,86	100,00
ATIVO TOTAL	9.603.653,29	100,00	9.700.825,86	100,00
Passivo Financeiro	209.780,11	2,18	226.876,21	2,34
Restos a Pagar	157.442,49	1,64	187.685,60	1,93
Depósitos Diversas Origens	52.337,62	0,54	39.190,61	0,40
Passivo Permanente	1.057.869,66	11,02	804.623,00	8,29
Dívida Fundada	153.145,29	1,59	44.746,44	0,46
Débitos Consolidados	904.724,37	9,42	759.876,56	7,83
Passivo Real	1.267.649,77	13,20	1.031.499,21	10,63
Ativo Real Líquido	8.336.003,52	86,80	8.669.326,65	89,37
PASSIVO TOTAL	9.603.653,29	100,00	9.700.825,86	100,00

Fonte: Balanço Patrimonial

OBS.: O Passivo Financeiro da Unidade Prefeitura Municipal apresentou como saldo final o montante de **R\$ 154.718,60**, distribuído da seguinte forma:

PASSIVO FINANCEIRO	Valor (R\$)
Restos a Pagar Processados	81.026,00
Restos a Pagar não Processados	49.695,60
Depósitos de Diversas Origens	23.996,00
TOTAL	154.718,60

A.4.2 - Variação do Patrimônio Financeiro

A.4.2.1 - Variação do Patrimônio Financeiro Consolidado

A variação do patrimônio financeiro do Município é assim demonstrada:

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	296.812,64	333.879,61	37.066,97
Passivo Financeiro	209.780,11	226.876,21	(17.096,10)
Saldo Patrimonial Financeiro	87.032,53	107.003,40	19.970,87

Obs. A divergência entre a variação do Patrimônio Financeiro e o resultado da execução orçamentária, refere-se ao cancelamento de restos a pagar (R\$ 157,50).

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em **Superávit Financeiro** de **R\$ 107.003,40** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos existentes, o Município possui **R\$ 0,68** de dívida a curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 19.970,87**, passando de um superávit financeiro de **R\$ 87.032,53** para um superávit financeiro de **R\$ 107.003,40**.

OBS.: Confrontando-se o Ativo Financeiro da Unidade Prefeitura Municipal (**R\$ 193.910,37**) com seu Passivo Financeiro (**R\$ 154.718,60**), apurou-se um **Superávit Financeiro** de **R\$ 39.191,77** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos existentes, a Prefeitura Municipal possui **R\$ 0,80** de dívida a curto prazo.

A.4.3 - Variação Patrimonial

Variação patrimonial é qualquer alteração sofrida pelo patrimônio, resultante ou independente da execução orçamentária.

O quadro abaixo demonstra as variações ocorridas no patrimônio do Município, no período analisado:

VARIAÇÕES RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valor (R\$)
Receita Efetiva	9.600.780,70
Receita Orçamentária	9.765.437,89
(-) Mutações Patrimoniais da Receita	164.657,19
Despesa Efetiva	9.297.772,41
Despesa Orçamentária	9.745.624,52
(-) Mutações Patrimoniais da Despesa	447.852,11
RESULTADO PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	303.008,29

VARIAÇÕES INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valor (R\$)
Variações Ativas	2.872.796,95
(-) Variações Passivas	2.842.482,11
RESULTADO PATRIMONIAL-IEO	30.314,84

RESULTADO PATRIMONIAL	Valor (R\$)
Resultado Patrimonial da Gestão Orçamentária	303.008,29
(+)Resultado Patrimonial-IEO	30.314,84
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	333.323,13
SALDO PATRIMONIAL NO FIM DO EXERCÍCIO	Valor (R\$)
Ativo Real Líquido do Exercício Anterior	8.336.003,52
(+)Resultado Patrimonial do Exercício	333.323,13
SALDO PATRIMONIAL NO FIM DO EXERCÍCIO	8.669.326,65

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais

A.4.4 - Demonstração da Dívida Pública

A.4.4.1 - Dívida Consolidada

Denomina-se dívida consolidada as obrigações decorrentes de financiamentos ou empréstimos que representem compromissos assumidos, cujo resgate ultrapasse doze meses.

No exercício, a dívida consolidada do Município teve a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA		
	MUNICÍPIO	PREFEITURA
Saldo do Exercício Anterior	1.057.869,66	1.057.869,66
(+) Correção (Dívida Fundada)	8.817,76	8.817,76
(-) Amortização (Dívida Fundada)	248.142,01	248.142,01
(-) Amortização (Débitos Consolidados)	13.922,41	13.922,41
Saldo para o Exercício Seguinte	804.623,00	804.623,00

A evolução da dívida consolidada, considerando o Balanço Consolidado do Município nos últimos três anos, e a sua relação com a receita arrecadada em cada exercício são assim demonstradas:

Saldo da Dívida Consolidada	2005		2006		2007	
	Valor(R\$)	%	Valor(R\$)	%	Valor(R\$)	%
Saldo	1.454.768,95	17,62	1.057.869,66	11,65	804.623,00	8,24

A.4.4.2 - Dívida Flutuante

Designa-se dívida fluante aquela contraída pelo tesouro, por um período inferior a doze meses, quer na condição de administrador de bens de terceiros, confiados a sua guarda, quer para atender as momentâneas necessidades de caixa.

No exercício, a dívida fluante do Município teve a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE	Valor (R\$)
Saldo do Exercício Anterior	209.780,11
(+) Formação da Dívida	957.111,49
(-) Baixa da Dívida	940.015,39
Saldo para o Exercício Seguinte	226.876,21

A evolução da dívida fluante, nos últimos três anos, e a sua relação com o ativo financeiro em cada exercício são assim demonstradas:

Saldo da Dívida Flutuante	2005		2006		2007	
	Valor(R\$)	%	Valor(R\$)	%	Valor(R\$)	%
Saldo	207.674,05	88,62	209.780,11	70,68	226.876,21	67,95

A.4.5 - Comportamento da Dívida Ativa

No exercício, a Dívida Ativa do Município teve a seguinte movimentação:

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	Valor (R\$)
Saldo do Exercício Anterior	325.510,44

(+) Inscrição	50.059,89
(-) Cobrança no Exercício	123.757,19
(-) Cancelamento no Exercício	4.405,14
Saldo para o Exercício Seguinte	247.408,00

Obs: A divergência entre o valor encontrado na movimentação da dívida ativa e o registrado no Anexo 14 - Balanço Patrimonial está apontada no item A.8.2.

A.5 - VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS/ LEGAIS

A Legislação estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal e remuneração de agentes políticos.

A seguir, analisar-se-á o cumprimento destes limites pelo Município.

A - RECEITAS COM IMPOSTOS (INCLUÍDAS AS TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	174.514,64	2,16
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	386.493,45	4,79
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	73.906,38	0,92
Imposto s/Transmissão inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	184.358,26	2,28
Cota do ICMS	3.232.831,38	40,04
Cota-Parte do IPVA	359.092,01	4,45
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	109.432,84	1,36
Cota-Parte do FPM	3.421.879,10	42,38
Cota do ITR	11.452,06	0,14
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. N.º 87/96	32.525,66	0,40
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	76.909,10	0,95
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	10.259,88	0,13
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	8.073.654,76	100,00

B - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	10.723.066,08
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.151.842,19

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.571.223,89

A.5.1 - Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

C - DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL	Valor (R\$)
Educação Infantil (12.365)	357.230,19

TOTAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL	357.230,19
---	-------------------

D - DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	Valor (R\$)
Ensino Fundamental (12.361)	1.540.698,46
Educação de Jovens e Adultos destinada ao Ensino Fundamental (12.366)	10.394,99
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	1.551.093,45

F - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	Valor (R\$)
Despesas com recursos de convênios destinados ao Ensino Fundamental*	283.313,01
Outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental**	5.100,00
TOTAL DAS DEDUÇÕES COM ENSINO FUNDAMENTAL	288.413,01

* Para cômputo de despesas com recursos de convênios destinados ao Ensino Fundamental considerou-se: Transferências de Convênios da Educação R\$ 151.377,75, Transferência do Salário Educação R\$ 59.070,15, Transferência ao Programa Nacional de Apoio R\$ 53.927,64 e Remuneração de Depósitos Bancários R\$ 18.937,47, extraídos do sistema e-sfinge conforme folhas 394 a 398 dos autos.

**Para cômputo de outras despesas dedutíveis com Ensino Fundamental, na importância de R\$ 5.100,00, considerou-se os empenhos apresentados no sistema e-sfinge, conforme Anexo I.

A.5.1.1 - Aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, incluídas as transferências de impostos (artigo 212 da CF)

Componente	Valor (R\$)	%
Total das Despesas com Educação Infantil (Quadro C)	357.230,19	4,42
(+) Total das Despesas com Ensino Fundamental (Quadro D)	1.551.093,45	19,21
(-) Total das Deduções com Ensino Fundamental (Quadro F)	288.413,01	3,57
(+) Perda com FUNDEB (Retorno menor que o Repasse)	698.971,97	8,66
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos do FUNDEB	46,45	0,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo	2.318.836,15	28,72
Valor Mínimo de 25% das Receitas com Impostos (Quadro A)	2.018.413,69	25,00
Valor acima do Limite (25%)	300.422,46	3,72

O demonstrativo acima evidencia que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.318.836,15** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **28,72%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado a maior o valor de **R\$ 300.422,46**, representando **3,72%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o exposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A.5.1.2 - Aplicação do percentual mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério (art. 22 da Lei nº 11.494/2007)

Componente	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEB	452.870,22
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	46,45
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	271.750,00
Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efet. Exerc. Pagos c/Recursos do FUNDEB	402.203,20
Valor Acima do Limite (60 % do FUNDEB c/Profissionais do Magistério)	130.453,20

Obs. Considerou-se como rendimento de aplicação financeira, a informação prestada no sistema e-sfinge, conforme folhas 399 dos autos. Quanto ao total de gastos efetuados com profissionais do magistério, considerou-se a fonte de

recursos 18 - Transferências do Fundeb (Remuneração dos Profissionais de Magistério), conforme folhas 370 dos autos.

Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 402.203,20**, equivalendo a **88,80%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A.5.1.3 - Aplicação do percentual mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica (art. 21 da Lei nº 11.494/2007)

Componente	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEB	452.870,22
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	46,45
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	452.916,67
95% dos Recursos do FUNDEB	430.270,84
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira	402.203,20
Valor Abaixo do Limite (95% do FUNDEB com manutenção e desenvolvimento da educação básica)	28.067,64

* Para cômputo de despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira, considerou-se as informações prestadas no sistema e-sfinge, nas fontes de recursos: 18 - Transferências do Fundeb (Remuneração dos Profissionais de Magistério) R\$ 402.203,20.

Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 402.203,20**, equivalendo a **88,80%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, **DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

Diante de todo exposto, aponta-se a seguinte restrição:

A.5.1.3.1 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no valor de R\$ 402.203,20, representando 88,80% dos recursos oriundos do

FUNDEB, quando o percentual mínimo de 95% representaria gastos da ordem de R\$ 430.270,84, configurando, portanto, aplicação a MENOR de R\$ 28.067,64 ou 6,2 %, em descumprimento ao artigo 21 da Lei nº 11.494/2007

A.5.2 - Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (artigo 198 da Constituição Federal c/c artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT)

G - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor (R\$)
Atenção Básica (10.301)	2.113.212,77
Vigilância Sanitária (10.304)	4.403,95
Vigilância Epidemiológica (10.305)	7.238,40
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	2.124.855,12

H - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor (R\$)
Despesas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços Públicos de Saúde	696.365,94
Despesas com Recursos de Alienação de Bens	27.600,00
TOTAL DAS DEDUÇÕES COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	723.965,94

* Para cômputo de despesas com recursos de convênios destinados às Ações e Serviços Públicos de Saúde considerou-se: Transferências de Convênios Saúde R\$ 35.000,00, Transferências de Recursos do Sistem Único de Saúde: Atenção Básica R\$ 677.725,07, Vigilância Sanitária R\$ 2.502,47, Vigilância Epidemiológica R\$ 7.238,40, Alienação de Bens R\$ 27.600,00, Remuneração de Depósitos Bancários R\$ 1.500,00, extraídos do sistema e-sfinge, conforme folhas 373 a 393 dos autos .

DEMONSTRATIVO PARA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL C/C ARTIGO 77 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT

Componente	Valor (R\$)	%
-------------------	--------------------	----------

Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (Quadro G)	2.124.855,12	26,32
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde (Quadro H)	723.965,94	8,97
TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DO CÁLCULO	1.400.889,18	17,35
VALOR MÍNIMO A SER APLICADO	1.211.048,21	15,00
VALOR ACIMA DO LIMITE	189.840,97	2,35

artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Pelo demonstrativo acima, constata-se que o montante aplicado foi da ordem de **R\$ 1.400.889,18**, correspondendo a um percentual de **17,35%** da receita com impostos, inclusive transferências, ficando evidenciado que o município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

A.5.3 - Despesas com pessoal (artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000)

I - DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	Valor (R\$)
Pessoal e Encargos	4.394.051,50
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO	4.394.051,50

J - DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	Valor (R\$)
Pessoal e Encargos	264.978,00
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	264.978,00

A.5.3.1 - Limite máximo de 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município (Prefeitura, Câmara, Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000

Componente	Valor (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.571.223,89	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.742.734,33	60,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.394.051,50	45,91
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	264.978,00	2,77
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	4.659.029,50	48,68
VALOR ABAIXO DO LIMITE DE 60%	1.083.704,83	11,32

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Município aplicou **48,68%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentada pela Lei Complementar nº 101/2000.

A.5.3.2 - Limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, “b” da Lei Complementar nº 101/2000

Componente	Valor (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.571.223,89	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.168.460,90	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.394.051,50	45,91
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.394.051,50	45,91
VALOR ABAIXO DO LIMITE	774.409,40	8,09

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo aplicou **45,91%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

A.5.3.3 - Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, “a” da Lei Complementar nº 101/2000

Componente	Valor (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.571.223,89	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	574.273,43	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	264.978,00	2,77
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	264.978,00	2,77
VALOR ABAIXO DO LIMITE	309.295,43	3,23

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Legislativo aplicou **2,77%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

A.5.4 - Verificação dos Limites Legais do Poder Legislativo

A.5.4.1 - Remuneração Máxima dos Vereadores de 20 a 75% daquela estabelecida para os Deputados Estaduais (artigo 29, inciso VI da CF)

MÊS	REMUNERAÇÃO DE VEREADOR	REMUNERAÇÃO DE DEPUTADO ESTADUAL	%
JANEIRO	1.126,00	11.885,41	9,47
FEVEREIRO	1.126,00	11.885,41	9,47
MARÇO	1.126,00	11.885,41	9,47
ABRIL	1.126,00	14.634,07	7,69
MAIO	1.126,00	14.634,07	7,69
JUNHO	1.126,00	14.634,07	7,69
JULHO	1.126,00	14.634,07	7,69
AGOSTO	1.126,00	14.634,07	7,69
SETEMBRO	1.126,00	14.634,07	7,69
OUTUBRO	1.126,00	14.634,07	7,69
NOVEMBRO	1.126,00	14.634,07	7,69
DEZEMBRO	1.126,00	14.634,07	7,69

A remuneração dos vereadores não ultrapassou o limite de **20,00%** (referente aos seus 8.635 habitantes, segundo dados divulgados pelo IBGE - estimativa de 2006) da remuneração dos Deputados Estaduais, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 29, inciso VI da Constituição Federal.

A.5.4.2 - Limite máximo de 5% da receita do Município para a remuneração total dos vereadores (artigo 29, inciso VII da CF)

RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO	REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES	%
-----------------------------------	---	----------

9.765.437,89	125.607,95	1,29
--------------	------------	------

Obs. Para cômputo da remuneração total dos vereadores considerou-se o valor de R\$ 125.607,95, conforme informação prestada no sistema e-sfinge folhas 371 dos autos.

O montante gasto com a remuneração dos vereadores no exercício foi da ordem de **R\$ 125.607,95**, representando **1,29%** da receita total do Município (**R\$ 9.765.437,89**). Desta forma, fica evidenciado o **CUMPRIMENTO** do estabelecido no artigo 29, VII da Constituição Federal.

A.5.4.3 - Limite máximo de 5 a 8% da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da CF, efetivamente realizada no exercício anterior, para o total da despesa do Poder Legislativo, excluindo-se os inativos (artigo 29-A da CF)

RECEITA TRIBUTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Valor (R\$)	%
Receita Tributária	1.087.151,78	13,89
Transferências Constitucionais (§ 5º do artigo 153, e artigos 158 e 159 da C.F.)	6.599.035,52	84,33
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP do exercício anterior	138.642,60	1,77
Total da Receita Tributária e de Transferências Constitucionais	7.824.829,90	100,00
Despesa Total do Poder Legislativo	439.962,13	5,62
Total das despesas para efeito de cálculo	439.962,13	5,62
Valor Máximo a ser Aplicado	625.986,39	8,00
Valor Abaixo do Limite	186.024,26	2,38

O montante da despesa do Poder Legislativo foi da ordem de **R\$ 439.962,13**, representando **5,62%** da receita tributária do Município, e das transferências previstas no § 5º do artigo 153, e artigos 158 e 159 da CF, arrecadadas no exercício de 2006 (**R\$ 7.824.829,90**). Desta forma, fica evidenciado que o Poder Legislativo **CUMPRIU** o limite de **8,00%** (referente aos seus 8.635 habitantes, segundo dados divulgados pelo IBGE - estimativa de 2006), conforme estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal.

A.5.4.4 - Limite máximo de 70% da receita da Câmara para o total da despesa relativa a folha de pagamento, inclusive dos vereadores (artigo 29-A, § 1º, da CF)

RECEITA DO PODER LEGISLATIVO	DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO	%
573.700,00	222.339,35	38,76

O montante da despesa com folha de pagamento foi da ordem de **R\$ 222.339,35**, representando **38,76%** da receita total do Poder (**R\$ 573.700,00**). Desta forma, fica evidenciado que o Poder Legislativo **CUMPRIU** o estabelecido no artigo 29-A, § 1º da Constituição Federal.

Ressalta-se que o Tribunal de Contas entendeu, conforme decisão no Processo nº CON 01/01918283, parecer nº 674/01, que a “Receita do Poder Legislativo” é aquela consignada no orçamento municipal para as dotações destinadas à Câmara, considerando as alterações orçamentárias efetuadas; ou o valor do limite estabelecido no *caput* do artigo 29-A da Constituição Federal (5 a 8% da receita tributária e de transferências do exercício anterior), face ao disposto no parágrafo 2º deste dispositivo, que remete ao Prefeito Municipal crime de responsabilidade, caso efetue repasse a maior do que o limite estabelecido. Desta forma, utiliza-se, dos dois parâmetros, o menor valor como base de cálculo para verificação do limite estabelecido no parágrafo 1º do artigo 29-A da Constituição Federal.

A.6. DA GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO

Na análise dos dados de gestão fiscal informados pela Prefeitura, através do Sistema e-Sfinge, consoante dispõe o artigo 26 da Lei Orgânica do TCE e o § 5º do artigo 27 do Regimento Interno (Resolução nº TC-06/2001), ressaltou-se o que segue:

A.6.1 - Metas realizadas em relação às previstas

A.6.1.1 - Meta Fiscal de resultado nominal prevista na LDO em conformidade com a L.C. nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º

Período	Prevista na LDO - R\$	Realizada no Exercício R\$	Diferença R\$
Exercício de 2007	(330.200,00)	(298.010,43)	32.189,57

A Lei Complementar nº 101/2000, no artigo 9º, dispõe que se ao final do exercício for verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante da LDO, os Poderes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e

movimentação financeira, segundo critérios fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A meta fiscal do resultado nominal prevista para o exercício de 2007, **não foi alcançada**, tendo sido previsto o resultado de (R\$ 330.200,00) e alcançado (R\$ 298.010,43) portanto fica registrada a seguinte restrição:

A.6.1.1.1 - Meta Fiscal de resultado nominal prevista não realizada, em desconformidade com a L.C. nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º

A.6.1.2 - Meta Fiscal de resultado primário prevista na LDO em conformidade com a L.C. nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º

Período	Prevista na LDO - R\$	Realizada no Exercício R\$	Diferença R\$
Exercício de 2007	351.800,00	694.316,11	342.516,11

A meta fiscal do resultado primário prevista para o exercício de 2007, **foi alcançada**.

A.6.2 - Metas Bimestrais de Arrecadação - L.C. nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 8º c/c arts. 9º e 13º

Período	Prevista na LDO - R\$	Realizada no Exercício R\$	Diferença R\$
Até o 1º Bimestre	1.740.000,00	1.396.771,69	(343.228,31)
Até o 2º Bimestre	3.590.000,00	2.926.922,59	(663.077,41)
Até o 3º Bimestre	5.557.000,00	4.781.739,35	(775.260,65)
Até o 4º Bimestre	7.597.000,00	6.285.037,91	(1.311.962,09)
Até o 5º Bimestre	9.939.000,00	7.844.663,38	(2.094.336,62)
Até o 6º Bimestre	11.809.890,00	9.765.437,89	(2.044.452,11)

A meta fiscal da receita prevista até 6º bimestre/2007 **não foi alcançada, sujeitando** por esta razão, o Município a estabelecer limitação de empenho e movimentação financeira, conforme dispõe o artigo 9º da LRF.

A.7. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle.

Na Constituição Federal de 1988, as regras que estabelecem a competência do Sistema de Controle Interno, no plano federal, estão insculpidas no *caput* do artigo 70, que dispõe:

“Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder” (grifo nosso).

No caso dos Municípios, respeitando sua autonomia deferida pelo texto Constitucional, o Sistema de Controle Interno está previsto no artigo 31, porém, a cargo do Poder Executivo.

“Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei”(grifo nosso).

A partir do exercício de 2000, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante dispositivos previstos no artigo 59, impõe que a fiscalização da gestão fiscal se faça através do sistema de controle interno, exigindo o acompanhamento concomitante da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública, determinando inclusive o atingimento de metas estabelecidas pelo sistema de planejamento e a obediência de condições e limites de despesas e controle de dívidas.

Em simetria à Carta Constitucional de 1988, a Constituição Estadual define a forma de controle e fiscalização da Administração Pública nos artigos 58 a 62 e, especificamente para os municípios, o controle via Sistema de Controle Interno está previsto no artigo 113.

“Art. 113 — A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública municipal, quanto a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a aplicação das subvenções e a renúncia de receitas, é exercida:

I- pela Câmara Municipal, mediante controle externo;

II - pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.
(grifo nosso).

A obrigatoriedade da implantação do Sistema de Controle Interno também está regulada no artigo 119 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000, com nova redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 246/2003, de 09 de junho de 2003, o que deveria ocorrer até o final do exercício de 2003.

"Art. 119 - A organização do sistema de controle interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado e, no que couber, dos Municípios deve ocorrer até o final do exercício de 2003."

Por força do artigo 31 da Constituição Federal de 1988, a implementação do Sistema de Controle Interno no âmbito municipal deve ser consoante lei de iniciativa do Poder Executivo.

É imperativo que a lei instituidora do Sistema de Controle Interno regule a forma de controle a ser realizado abrangendo todas as atividades e serviços desenvolvidos, toda a estrutura administrativa, assim como todos os seus setores e agentes.

O Município de São Domingos instituiu o Sistema de Controle Interno através da Lei Municipal nº 007/2003, de 22/12/2003, portanto, dentro do prazo previsto no art. 119 da Lei Complementar 202/2000.

Para ocupar o cargo do responsável pelo órgão central de controle interno, foi nomeado através da Portaria 39/2006, em 01/02/06, o Sr. Juliano Hennerich- cargo comissionado.

A partir do exercício de 2005, a obrigatoriedade da remessa do relatório de controle interno, passou a ser bimestral, coincidindo a distribuição dos meses que compõem esses períodos com o exercício financeiro, conforme disposto no art. 2º, parágrafo 5º da Resolução TC nº - 11/2004, de 06/12/2004, que alterou o art. 5º e respectivos parágrafos, da Resolução nº TC -16/94.

Verificou-se que o Município de São Domingos encaminhou os relatórios de controle interno referentes ao 1º, 2º, 4º, 5º e 6º bimestres, e não remeteu o relatório referente ao 3º bimestre, descumprindo o disposto no art. 5º da Res. nº TC - 16/94, com nova redação dada pela Resolução nº TC - 11/2004.

Na análise preliminar efetuada nos Relatórios remetidos, não foram verificadas irregularidades ou ilegalidades levantadas pelo Órgão de Controle Interno, com referência a execução do orçamento e dos registros contábeis, bem como com relação aos atos e fatos da administração municipal.

Para fins de emissão de Parecer prévio, por parte desta Corte de Contas, as seguintes restrições comporão a conclusão deste Relatório:

A.7.1 - Ausência de remessa dos Relatórios de Controle Interno referente ao 3º bimestre de 2007, em descumprimento ao art. 5º, § 3º da Resolução TC nº16/94; alterado pela Resolução TC nº 11/2004

A.8 - OUTRAS RESTRIÇÕES

A.8.1 - Divergência no valor de R\$ 2.600,00 entre os créditos adicionais de R\$ 1.315.421,20 e o total dos recursos para abertura de créditos adicionais R\$ 1.318.021,20 informados ao Sistema e-Sfinge, revelando deficiência de controle interno do setor, contrariando o artigo 4º da Resolução TC 16/94 e as normas contábeis da Lei n.º 4.320/64, bem como o disposto na Instrução Normativa 04/2004

O Município encaminhou via sistema e-Sfinge, as informações relativas aos créditos adicionais e aos recursos para abertura dos respectivos créditos.

O dados remetidos demonstram que os créditos suplementares foram da ordem de R\$ 1.172.421,20 e especial no total de R\$ 143.000,00, totalizando em R\$ 1.315.421,20. Considerando que os recursos para abertura de créditos informados foram de R\$ 1.318.021,20, verifica-se uma divergência de R\$ 2.600,00.

Créditos Orçamentários	Valor (R\$)
Créditos Orçamentários	11.809.890,00
Ordinários	11.799.890,00
Reserva de Contingência	10.000,00
(+) Créditos Adicionais	1.315.421,20
Suplementares	1.172.421,20
Especiais	143.000,00
(-) Anulações de Créditos	950.370,00
Orçamentários/Suplementares	950.370,00
(=) Créditos Autorizados	12.174.941,20

Como recursos para abertura de Créditos Adicionais, foram utilizados os seguintes:

Recursos para abertura de créditos adicionais	Valor (R\$)	%
Recursos de Excesso de Arrecadação	304.651,20	23,11
Recursos de Anulação de Créditos Ordinários	963.370,00	73,09
Superávit Financeiro	50.000,00	3,79
T O T A L	1.318.021,20	100,00

Portanto, resta claro, que as informações apresentadas pela Unidade através do sistema e-Sfinge estão inconsistentes, revelando deficiência no controle interno

A.8.2 - Divergência no montante de R\$ 140,15 da Dívida Ativa registrado no Balanço Patrimonial - Anexo 14 e o valor apurado na movimentação da Dívida Ativa em desacordo aos artigos 101 e 104 da Lei nº 4.320/64

O Balanço Patrimonial do Município de São Domingos referente exercício financeiro de 2007, apresenta o valor de R\$ 247.267,85 referente à Dívida Ativa.

Entretanto, ao considerar-se o saldo do exercício anterior da Dívida Ativa (R\$ 325.510,44) mais a inscrição (R\$ 50.059,89), menos a cobrança (R\$ 123.757,19) e menos cancelamento (R\$ 4.405,14), apresentada nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, obtém-se como saldo para o exercício seguinte o valor de R\$ 247.408,00.

Desta forma configura-se a divergência de R\$ 140,15 da Dívida Ativa registrado no Balanço Patrimonial - Anexo 14 (R\$ 247.267,85) e o valor apurado na movimentação da Dívida Ativa (R\$ 247.408,00) em desacordo aos artigos 101 e 104 da Lei nº 4.320/64.

A.8.3 - Ausência de remessa do Parecer do Conselho de Acompanhamento do FUNDEB, em descumprimento ao art. 27, § único da Lei 11.494/2007

Em análise as contas prestadas pelo Prefeito, constatou-se a ausência do Parecer do Conselho de Acompanhamento do FUNDEB, prejudicando a análise quanto aplicação dos recursos do Fundo, desta forma, descumprindo os preceitos legais da Lei 11.494/07, abaixo transcrito:

“Art. 27. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas dos recursos dos Fundos conforme os procedimentos adotados pelos Tribunais de Contas competentes, observada a regulamentação aplicável.

Parágrafo único. As prestações de contas serão instruídas com parecer do conselho responsável, que deverá ser apresentado ao

Poder Executivo respectivo em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas prevista no caput deste artigo.”

CONCLUSÃO

Considerando que a CONSTITUIÇÃO FEDERAL - art. 31, § 1º e § 2º, a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - art. 113 e a Lei Complementar nº 202/2000, de

15/12/2000 (L.O./TC-SC) - arts. 50 e 59, estabeleceram acerca do controle externo das contas de municípios e da competência do Tribunal de Contas para este fim;

Considerando que a apreciação das contas do Prefeito Municipal tomou por base os dados e informações exigidos pelo art. 22 da Res. TC – 16/94 c/c o art. 22 da Instrução Normativa nº 02/2001, bem como, a Instrução Normativa nº 04/2004, art. 3º, I, remetidos bimestralmente por meio eletrônico e Balanço Anual por meio documental, cuja análise foi efetuada por amostragem, conforme técnicas apropriadas de auditoria, que prevêem inclusive a realização de inspeção “in loco”, conforme o caso; e que o exame procedido fundamentou-se em documentação apresentada, de veracidade ideológica apenas presumida, a qual poderá o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que o exame das contas em questão não envolve o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos a apreciação deste Tribunal de Contas;

Considerando que o julgamento das contas de gestão do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, a Diretoria de Controle dos Municípios, por sua Divisão de Contas Municipais respectiva, entende que - para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000 - referente **às contas do exercício de 2007 do Município de São Domingos**, consubstanciadas nos dados bimestrais remetidos eletronicamente e no Balanço Geral (da Prefeitura e Consolidado) remetido documentalmente, a vista do exame procedido, apresenta as restrições seguintes:

I - DO PODER EXECUTIVO :

I - B. RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL:

I.B.1. - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no valor de R\$ 402.203,20, representando 88,80% dos recursos oriundos do FUNDEB, quando o percentual mínimo de 95% representaria gastos da ordem de R\$ 430.270,84, configurando, portanto, aplicação a MENOR de R\$ 28.067,64 ou 6,2 %, em descumprimento ao artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item A.5.1.3.1);

I.B.2. - Meta Fiscal de resultado nominal prevista não realizada, em desconformidade com a L.C. nº 101/2000, art. 4º, § 1º e art. 9º (item A.6.1.1.1);

I.B.3 - Divergência no valor de R\$ 2.600,00 entre os créditos adicionais de R\$ 1.315.421,20 e o total dos recursos para abertura de créditos adicionais R\$ 1.318.021,20 informados ao Sistema e-Sfinge, revelando deficiência de controle interno do setor, contrariando o artigo 4º da Resolução TC 16/94 e as normas contábeis da Lei n.º 4.320/64, bem como o disposto na Instrução Normativa 04/2004 (item A.8.1);

I.B.4 - Divergência no montante de R\$ 140,15 da Dívida Ativa registrado no Balanço Patrimonial - Anexo 14 e o valor apurado na movimentação da Dívida Ativa em desacordo aos artigos 101 e 104 da Lei nº 4.320/64 (item A.8.2);

I.B.5 - Ausência de remessa do Parecer do Conselho de Acompanhamento do FUNDEB, em descumprimento ao art. 27, § único da Lei 11.494/2007 (item A.8.3);

II - C. RESTRIÇÕES DE ORDEM REGULAMENTAR:

II.C.1. - Ausência de remessa dos Relatórios de Controle Interno referente ao 3º bimestre de 2007, em descumprimento ao art. 5º, § 3º da Resolução TC nº16/94; alterado pela Resolução TC nº 11/2004 (item A.7.1);

Diante das restrições evidenciadas, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir sobre as providências que devam ser tomadas a respeito das restrições remanescentes e, ainda:

I - RECOMENDAR à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - RECOMENDAR a adoção de providências com vistas à correção das deficiências de natureza contábil constantes do item A.8.1 do corpo deste Relatório.

III - SOLICITAR à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, do Prefeito Municipal, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

IV - RESSALVAR que o processo PCA 08/00256417, relativo à Prestação de Contas do Presidente da Câmara de Vereadores (gestão 2007), encontra-se em tramitação neste Tribunal, pendente de decisão final.

É o Relatório.

É o Relatório.

DMU/DCM 8 em 25/07/2008

Gissele Souza De Franceschi Nunes
Auditora Fiscal de Controle Externo

Teresinha de Jesus Bastos da Silva
Auditora Fiscal de Controle Externo
Chefe de Divisão e.e

DE ACORDO
Em 25/07/2008

Sonia Endler
Auditora Fiscal de Controle Externo
Coordenador de Controle
Inspetoria 3